DOI 10.61470/o.v23i1.74888

Os militares, a Guerra Fria e a ideia de interdependência do Brasil

The military, the Cold War and the idea of interdependence in Brazil

Los militares, la Guerra Fría y la idea de interdependencia en Brasil

Michel Silva, Professor Doutor em História e Servidor
TAE do Instituto Federal Catarinense (IFC)

Resumo: Discute-se neste artigo alguns elementos teóricos desenvolvidos por Golbery do Couto e Silva acerca da relação geopolítica do Brasil com os países do chamado "Mundo Ocidental". Procura-se mostrar o compromisso político de suas elaborações teóricas com o apoio político e ideológico aos Estados Unidos na Guerra Fria e o seu anticomunismo. Para embasar essa discussão, mobilizamos neste artigo contribuições de diferentes autores que desenvolvam debates em torno do imperialismo, da interdependência e da doutrina elaborada pelos militares por meio da Escola Superior de Guerra (ESG).

Palavras-chave: Militares; Guerra Fria; Interdependência.

Abstract: This article discusses some theoretical elements developed by Golbery do Couto e Silva regarding Brazil's geopolitical relationship with the countries of the so-called "Western World". It seeks to show the political commitment of his theoretical elaborations with the political and ideological support for the United States in the Cold War and its anti-communism. To support this discussion, in this article we mobilize contributions from different authors who develop debates around imperialism, interdependence and the doctrine developed by the military through the Escola Superior de Guerra (ESG).

Keywords: Military; Cold War; Interdependence.

Resumen: Este artículo discute algunos elementos teóricos desarrollados por Golbery do Couto e Silva sobre la relación geopolítica de Brasil con los países del llamado "Mundo Occidental". El objetivo es mostrar el compromiso político de sus elaboraciones teóricas con el apoyo político e ideológico a Estados Unidos en la Guerra Fría y su anticomunismo. Para apoyar esta discusión, en este artículo movilizamos contribuciones de diferentes autores que desarrollan debates en torno al imperialismo, la interdependencia y la doctrina desarrollada por los militares a través de la Escuela Superior de Guerra (ESG).

Palabras clave: Militar; Guerra fría; Interdependencia.

Passados sessenta anos do golpe de 1964, é possível apontar com certeza para o papel cumprido naquele processo pelos Estados Unidos. Embora não tenha atuado diretamente nas ações que levaram à derrubada do governo de João Goulart, sabe-se que os

Estados Unidos apoiaram as ações de civis e militares que culminaram no golpe.[1] O conteúdo político do golpe se colocou no sentido de prevenir o avanço da influência da União Soviética na região, em especial depois do processo que culminou na vitória da Revolução Cubana. Contudo, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos não se limita ao aval político para o golpe de 1964, mas também em fatores econômicos e ideológicos em desenvolvimento desde as décadas anteriores, que expressavam "a intervenção direta nos assuntos internos, de capitais externos, com crescente posições no país" (MAESTRI, 2019, p. 215).

Desde as décadas anteriores, não era apenas o suposto risco de o Brasil se tornar "comunista" o que assustava os setores empresariais e militares que convergiram no golpe de 1964, mas até mesmo a participação em reuniões dos países "não-alinhados" parecia um problema a ser combatido como uma ameaça. Para os militares, era evidente a ligação histórica, econômica e cultural do Brasil ao campo liderado pelos Estados Unidos, conforme o demonstra sua elaboração doutrinária, que remonta à década de 1950. Golbery do Couto e Silva, teórico ligado à Escola Superior de Guerra (ESG), referindo-se à relação entre o Brasil e os Estados Unidos, afirmava, em 1959:

> O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma geopolítica consciente e decididamente partícipe da geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissoluvelmente ligados, quer o queiramos ou não (COUTO E SILVA, 2003. p. 208).

Para Couto e Silva, o Brasil tinha um papel de liderança a cumprir na região e, ao mesmo tempo, de colaboração econômica e política com o "Mundo Ocidental". Na lógica definida por Couto e Silva, haveria uma relação de reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos, ou seja, uma forma de interdependência, em que ambos os países dependeriam um

1 Embora os Estados Unidos nçao tenham intervido diratamente nas ações do golpe, seu envolvimento se deu centralmente por meio do apoio político e da chamada Operação Brother Sam. Pela documentação disponível do governo norte-americano, sabe-se que "a movimentação da força naval foi autorizada no dia 31. Ela consistia de um porta-aviões, um porta-helicópteros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado de *CS Agent*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível. Mas a vitória dos golpistas foi fulminante e o general Castelo Branco, futuro presidente, disse a Gordon que o apoio norte-americano era dispensável" (FICO, 2014, p. 78).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

do outro em diferentes aspectos. Couto e Silva, discutindo o assunto, utiliza a ideia da "barganha leal", afirmando:

> O Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma *barganha leal* – o magneto, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul (...), mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nesta parte do Oceano (COUTO E SILVA, 1981, p. 51).

Essa interdependência possibilitaria ao Brasil tornar-se uma potência regional, com papel destacada na liderança dos países sul-americanos dentro do "Mundo Ocidental", sob a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos. Nas palavras de Couto e Silva (2003, p. 233),

> [...] deve o Brasil projetar-se, desde já, no cenário do mundo o que, no entanto, só poderá realmente fazer, sem cair no ridículo dos blefes, das chantagens e da simples bazófia, se assentar, definitivamente e com coragem, as grandes linhas de sua atuação posterior em face de crises internacionais não difíceis de prever e assumir claramente responsabilidades e deveres perante toda a humanidade.

Esboçada por Golbery do Couto e Silva na década de 1950, essas ideias ganharam mais projeção a partir da elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN) por parte da ESG, a partir de sua fundação, de 20 de agosto de 1949. Fundada com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão a respeito da sociedade brasileira, sistamtizando e dissemiando as ideias elaboradas pelos militares, a ESG procurou também formular projetos para a solução do que considerava entraves para o desenvolvimento brasileiro. Segundo Antônio de Arruda (1980, p. 5), "desde os primórdios da Escola, despontava o binômio Segurança e Desenvolvimento, que sempre orientou os trabalhos nela realizados". Na doutrina da ESG, segundo afirmam seus proprios documentos, "a Segurança está interligada ao Desenvolvimento" (ARRUDA, 1980, p. 5). Pode-se afirmar, nesse sentido, que a doutrina da ESG

> [...] tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> (...) a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional; como exposto anteriormente, o desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no cenário internacional (PUGLIA, 2006, p. 14-5).

Essa teoria geopolítica e sua discussão acerca da interdependência influenciou ações dos governos ditatoriais iniciados a partir do golpe de 1964. Para esses governantes, a defesa da nação dependeria da atuação internacional do Brasil, tendo como aliado os Estados Unidos e os países a ele alinhados, tanto colaborando nas ações de defesa do Ocidente diante da ofensiva comunista como mantendo uma postura de subordinação política e econômica. Segundo Vizentini (2004, p. 35), "em troca do apoio político-diplomático, ideológico e militar, a diplomacia brasileira esperava um tratamento diferenciado na região, em função do *status* internacional de cada país, conferindo ao Brasil o papel de uma subliderança". No conjunto de ações do imperialismo, "a tentativa de desestabilizar o governo Goulart e o apoio à sua derrubada por meio da Operação *Brother Sam* corresponderam ao período de maior preocupação norte-americana com a inserção do Brasil no contexto da Guerra Fria" (FICO, 2014, p. 30).

Este artigo discute e problematiza a teoria apresentada por Couto e Silva acerca da relação geopolítica do Brasil com os países do "Mundo Ocidental", especialmente os Estados Unidos, procurando mostrar o compromisso político do pensador da ESG com a Guerra Fria e o anticomunismo. Para embasar essa discussão, mobilizamos neste artigo as contribuições de Vladimir Lênin, Octávio Ianni e Theotonio dos Santos acerca do imperialismo e das relações de dependência, analisando criticamente a proposta de "barganha leal" defendida por Couto e Silva.

Imperialismo e interdependência

O debate acerca do imperialismo mobilizou um conjunto de intelectuais e diversos pesquisadores ao longo do século XX. Lênin, escrevendo no começo do século, define o imperialismo como "a fase monopolista do capitalismo". O líder da Revolução Russa assim definiu o imperialismo:

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é um patamar superior do capitalismo em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital denota uma posição dominante do rentismo e da oligarquia financeira, significa o destacamento de poucos Estados detentores de "potência" financeira em relação a todos os demais (LÊNIN, 2021, p. 81).

O fenômeno analisado por Lênin aponta para uma transformação do capitalismo no final do século XIX e início do XX. Lênin procurava mostrar como as relações econômicas se interligam em âmbito internacional:

> [...] o mercado interno, no capitalismo, está inevitavelmente ligado ao externo. O capitalismo, há muito, criou um mercado mundial. E à medida que a exportação de capital foi crescendo e as relações com o estrangeiro e com as colônias, bem como as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, foram se expandindo, em todos os sentidos, o caso "naturalmente" foi se aproximando de um acordo mundial entre elas, da constituição de cartéis internacionais (LÊNIN, 2021, p. 91).

Nesse sentido, procura demonstrar a centralidade da constituição de monopólios e do capital financeiro. Lênin destacava alguns traços fundamentais no imperialismo, afirmando:

> [...] sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exploração de capital, diferentemente da exploração de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exploração de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas (LÊNIN, 2021, p. 114).

Lênin propõe uma periodização para o imperialismo, dividindo-o em três fases, sendo a primeira delas nas décadas de 1860 e 1870. O período é marcado pelo ponto culminante de desenvolvimento da livre concorrência, no qual os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. O segundo período deu-se depois da crise de 1873, sendo um longo período de desenvolvimento dos cartéis, que constituem

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

nesse momento apenas uma exceção, não sendo ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. No terceiro período, no início do século XIX e marcado pelas crises no início do XX, "os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transforma em imperialismo" (LÊNIN, 2021, p. 41).

Sem romper com a ideia de imperialismo proposta por Lênin e procurando inserir nesse debate os elementos de transformação econômica e política da América Latina, Octávio Ianni propõe metodologicamente uma "reversão de perspectivas". Segundo o sociólogo brasileiro, não se deveria analisar as relações de tipo imperialista apenas como relações externas, superando as limitações das análises que abordam principalmente "fatores externos" ou "obstáculos externos". Seria preciso localizar a problemática da dependência estrutural, fazendo com que a análise passasse a realizar-se a partir da perspectiva do país subordinado. Segundo Ianni (1988, p. 168), no debate acerca desse tema, "as investigações precisam estudar, necessariamente, tanto as relações clássicas do tipo imperialista como as manifestações internas (econômicas, políticas, militares, culturais) dessas mesmas relações".

Conforme ressaltado por Lênin e corroborado por Ianni, o imperialismo é uma fase do capitalismo. Nesse sentido, em sua análise, Ianni afirma que as sociedades da América Latina são capitalistas, ou seja, as contradições determinantes que se desenrolam em seu interior são determinadas pela contradição entre proletariado e burguesia. Cabe ressaltar, por conseguinte, que essas sociedades estão organizadas de modo a produzir e utilizar o excedente econômico segundo o princípio da apropriação privada e a partir da mais-valia produzida pelo proletariado urbano e rural. Por outro lado, segundo Ianni, essas sociedades se encontram em uma situação de dependência com relação às sociedades em que o capitalismo industrial de desenvolveu com anterioridade, ou seja, elas estão organizadas com base no capitalismo dependente. Para Ianni (1988, p. 179),

> [...] as suas relações com as nações dominantes (e particularmente com os Estados Unidos, no presente) são relações organizadas em conformidade com as determinações estabelecidas a partir dos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial. Em geral, em todo sistema econômico o setor mais desenvolvido (ou preponderante) tende a influenciar os demais, ou menos desenvolvidos, estabelecendo-lhes as condições de funcionamento. Por isso, o capitalismo nos países latino-americanos não é senão a expressão das relações e estruturas de dependência constituídas ao longo da história desses mesmos países.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Segundo Ianni, a dependência estrutural define o caráter concreto dos problemas desses países, enquanto possibilidades e limitações político-econômicas. Nesse sentido, afirma que "a dependência estrutural permeia todo o sistema social do país subordinado", atingindo "tanto as estruturas econômicas (ou seja, a estrutura de apropriação) como as estruturas políticas ou seja, a estrutura de poder)" (IANNI, 1988, p. 165). Esses fatores estão diretamente relacionados ao imperialismo, na medida em que, conforme aponta Ianni (1988, p. 199-200),

> [...] existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em graus variáveis) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as suas determinações essenciais; isto é, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas do tipo imperialista.

Para Ianni, as relações de dependência são produto da interdependência, que caracteriza as relações entre os países dentro do sistema capitalista mundial. De um ponto de vista teórico, nem sempre as relações de interdependência produzem a submissão de um país a outro, na medida em que essas "podem implicar a acomodação recíproca, com a preservação da autonomia relativa nas decisões sobre política econômica e outros assuntos" (IANNI, 1988, p. 167). Segundo o sociólogo, as relações de interdependência produzem alterações na estrutura de poder do país subordinado, ou seja, "o poder público tende a organizar-se segundo os interesses dominantes no sistema capitalista como um todo. Em geral, os interesses dominantes no sistema tendem a ser aqueles do país dominantes" (IANNI, 1988, p. 174). O processo histórico das sociedades latino-americanas mostra que as relações de interdependência e complementaridade se constituíram principalmente relações de dependência.

Essas elaborações teóricas de Ianni encontram um diálogo próximo com as teses desenvolvidas por outros pesquisadores. Um desses autores, Theotonio dos Santos (2011, p. 348), afirma:

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> A interdependência entre as economias nacionais assume a forma de uma dependência no caso dos países subdesenvolvidos. Isto ocorre porque se trata de uma relação de subordinação a quem controla o mercado mundial, às técnicas e meios de produção mais desenvolvidos.

Para Theotonio dos Santos, essa relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre essas e o mercado mundial, assume a forma de dependência quando os países dominantes podem expandir-se, enquanto outros países, os dependentes, só podem colocar-se como reflexos dessa expansão. Para ele, a "a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os coloca em atraso e sob a exploração dos países dominantes" (SANTOS, 2011, p. 361). Os governos militares que governaram países na América do Sul, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, aprofundaram essa relação de dependência, embora em alguns casos defendessem doutrinas que se remetiam à ideia de interdependência. Segundo Santos (2011, p. 351), esses governos foram "resultado das necessidades do próprio capitalismo monopolista, que é expressão do capital internacional, aliado aos interesses da burocracia estatal, administradora da grande empresa estatal". Esses governos, para Santos (2011, p. 351), "assimilam secundariamente os setores das velhas oligarquias em um novo tipo de compromisso que exclui o movimento popular".

Golbery do Couto e Silva e a interdependência

De início, cabe apontar que o termo interdependência não aparece nos textos produzidos por Golbery do Couto e Silva, embora sua teoria esteja embasada no pressuposto de que seria possível essa relação entre o Brasil e os Estados Unidos, por ele chamada de "barganha leal". Essa produção teórica de Couto e Silva estava inserida nos estudos produzidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde se entrelaçavam os conceitos de desenvolvimento e segurança. Na doutrina da ESG, "com o intuito de alcançar um determinado grau de desenvolvimento, almejando a categoria de grande potência, a segurança tornou-se essencial, dirimindo os conflitos internos que possam colocar em risco esse objetivo" (MIYAMOTO, 1995, p. 120). Elaborando uma doutrina de segurança nacional, "a ESG procurou desde o início elaborar um modelo de desenvolvimento para fazer com que o país passasse a ocupar um lugar de relevo no

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

concerto internacional das nações" (MIYAMOTO, 1995, p. 123). Portanto, por meio de sua doutrina, a ESG lançou-se à elaboração, desde a década de 1950, de uma proposta de desenvolvimento do Brasil submetido aos interesses dos estados Unidos e baseado na centralização política e na repressão pela força do Estado. Portanto,

> [...] o conceito de Segurança Nacional delimitou um vastíssimo campo de atuação do Estado, ratificando sua intervenção tanto no sentido de maximizar a exploração do potencial econômico do país, quanto no de adequar a participação brasileira no bloco ocidental, garantindo a própria continuidade da sociedade capitalista. Na medida em que as corporações multinacionais se tornaram a nova estratégia da expansão do capitalismo, a DSN passou a ser o instrumento ideológico a justificar a adaptação da nossa economia à nova realidade (MENDONÇA, 2003, p. 114).

Fundada no contexto da Guerra Fria, marcado por disputas entre um bloco liderado pelos Estados Unidos e outro pela União Soviética, a ESG colocou-se desde o início como defensora do "Mundo Ocidental". No imediato pós-guerra, o inimigo passou a ser representado "pelos governos reformistas ou os movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem na redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente" (MUNHOZ, 2002, p. 44). Em função disso, "iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas" (MUNHOZ, 2002, p. 44). No Brasil, como consequência, os governos levaram a cabo políticas de perseguição e de repressão aos comunistas e mesmo às organizações de representação dos trabalhadores, concretizada, entre outros fatos, na cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, e nas ações para provocar a instabilidade política do governo João Goulart, a partir de sua posse, em 1961.

O processo de elaboração dessa doutrina que de segurança e desenvolvimento, inserida no contexto da Guerra Fria, também se deu em um momento econômico, marcado pelo desenvolvimento industrial do Brasil. Sabe-se que

> [...] no início dos anos 1950, a expansão capitalista e as trocas internacionais processavam-se em contexto diverso do conhecido antes e durante a Segunda Guerra Mundial. No bojo do prosseguimento da queda do preço das matérias-primas, o capital imperialista passou a apoiar seu processo de acumulação na produção de manufaturados nos próprios países periféricos. Não se exportava mais mercadorias, mas fábricas (capitais) (MAESTRI, 2019, p. 129).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Na ditadura, depois do golpe de 1964, os militares vão assumir sua próprio versão de desenvolvimentismo, privilegiando a parceria com o imperialismo. Observa-se

> [...] a associação com o capital externo, para o financiamento da expansão industrial interna, e a substituição do mercado interno pelo externo para a realização de parte da produção nacional. A realização substancial da produção nacional dava-se, agora, no exterior do país, permitindo a depressão interna dos salários (MAESTRI, 2019, p. 220).

Portanto, desenvolve-se a base material para a ideia de atrelamento ao bloco liderado pelos Estados Unidos. Na produção teórica de Golbery do Couto e Silva, afirma-se que o desenvolvimento a ser alcançado deveria dar-se em consonância com o "Mundo Ocidental". Para Couto e Silva, questões históricas e culturais ligam intrinsecamente o Brasil ao "Mundo Ocidental", na medida em que "o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria cristandade", não poderia renegar "esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura". Segundo Couto e Silva, "pertencemos ao Ocidente", na medida em que o Ocidente "vive e persiste" em alguns "ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos" (COUTO E SILVA, 2003, p. 115).

O general Couto e Silva, em sua teoria, pensa o "o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa", resumindo em três pontos o propósito que "sustenta a Civilização do Ocidente":

1) "a Ciência como instrumento de ação";

2) "a Democracia como fórmula de organização política";

3) "o Cristianismo como supremo padrão ético de convivência social".

Esse Ocidente também contém, segundo Couto e Silva (2003, p. 114), elementos como "liberdade, igualdade e fraternidade", "amplo reconhecimento da dignidade do homem", "plena expansão da personalidade individual", bem como "justiça social e a paz" (COUTO E SILVA, 2003, p. 114). Esses são elementos culturais que fariam parte da própria constituição do Brasil e que aproximariam o país do Ocidente, cabendo uma ampla estratégia de defesa dos interesses ocidentais.

Esse Ocidente, segundo Couto e Silva, estaria ameaçado pela expansão do comunismo, que poderia influenciar países da América Latina, África e Ásia, exigindo ampla e ativa resistência por parte da Europa e da América do Norte. Essas potências teriam que organizar essa resistência, "a despeito das desconfianças que sempre suscitarão quaisquer intervenções suas em virtude de um longo passado, não de todo olvidado, de detestáveis práticas colonialistas" (COUTO E SILVA, 2003, p. 118-9). Portanto, segundo Couto e Silva, mesmo que essa ação pudesse parecer um intervencionismo semelhante ao colonialismo dos séculos anteriores, o Ocidente tinha a necessidade de se armar contra a ameaça comunista. Para tanto, o Ocidente precisaria

> [...] formular e infatigavelmente seguir uma estratégia bem coerente e coordenada em que se enquadrassem, devidamente, todos os estados ocidentais, seu potencial de guerra efetivo e as peculiaridades de sua posição geopolítica, e que pudesse ser apresentado aos povos não-ocidentais como um programa de ação, capaz de atrair todos aqueles cuja aliança fosse indispensável à defesa do mundo livre contra o expansionismo imperialista das potências comunistas (COUTO E SILVA, 2003, p. 131).

Na mentalidade conservadora ocidental, incorporada no pensando de Couto e Silva e dos demais intelectuais da ESG, havia uma permanente ameaça de subversão comunista, que procuraria explorar as fragilidades políticas e sociais dos países mais pobres. Diante dessa situação, Couto e Silva afirmava que havia a necessidade de uma "estratégia de contenção" para o Ocidente que fosse mundial e duradoura. Essa estratégia teria o propósito "de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-os de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada" (COUTO E SILVA, 2003, p. 133). Em um cenário de Guerra Fria, o Brasil deveria estar preparado para combater o "inimigo" comunista, presente nos discursos dos conservadores, e para reconhecer a liderança dos Estados Unidos.[2] Segundo Couto e Silva, a liderança do "Mundo Ocidental"

2 O anticomunismo foi expresso por um conjunto de imagens e representações pejorativas acerca de um mundo comunista genérico e indefinível. Muitas dessas representações, mobilizadas no contexto do golpe civil-militar de 1964, apresentam um forte tom religioso, associando moral cristã, modelo democrático ocidental e sistema econômico capitalista. Reelaborados ao longo do tempo, as representações anticomunistas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Na década de 1960, antes do golpe civil-militar, "temas clássicos do repertório anticomunista foram recuparados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônios, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado" (MOTTA, 2002, p. 243-4).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

nessa luta contra o comunismo caberia aos Estados Unidos em função do seu "superior poderio econômico e militar" (COUTO E SILVA, 2003, p. 139)

Se aos Estados Unidos caberia o papel de liderança do "Mundo Ocidental" nessa "cruzada" contra o "perigo vermelho", poderia caber ao Brasil o papel de liderança regional. Segundo Couto e Silva (2003, p. 141), a América Latina, "por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância". Essas ameaças colocariam o Brasil diante de um cenário em que teria uma responsabilidade quase natural de liderança regional, na medida em que carregaria muitas das virtudes do Ocidental, o que lhe garantia uma longa existência como nação. Nesse sentido, Couto e Silva afirma:

> [...] nosso país, capaz de articular, sob uma liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial bem mais reduzido que o cercam, está fadado não só a subsistir galhardamente nesse mundo de amanhã em que tantas outras soberanias poderão vir a soçobrar ou diluir-se, mas ainda a firmar-se, no contexto internacional, como campeão das virtudes cristãs e dos inigualáveis padrões democráticos em que, a despeito de passageiros repúdios, sempre desejou e desejará viver e progredir, para engrandecer, por sua vez, a cultura da humanidade (COUTO E SILVA, 2003, p. 253).

Outro fator fundamental no papel de liderança que o Brasil deveria assumir passava pelo fato de se dar no contexto, conforme destacado por Couto e Silva, da política de "boa vizinhança". Os países da América Latina prosseguem

> [...] na conquista de mais altos padrões culturais e políticos, e em busca do revigoramento de suas também débeis estruturas econômicas. Dissensões velhas e tradicionais desconfianças várias esbatem-se aos poucos e afirma-se um sentimento de solidariedade continental, sob o calor das práticas de uma "boa vizinhança" compreensiva e sem subterfúgios. A América Latina toma consciência de fato de sua inegável expressão geopolítica, não só potencial, mas já atual, enquanto que a sombra projetada pelos Estados Unidos, elevados estes, agora à categoria de superpotência líder reconhecida do Ocidente e de responsabilidades, portanto, ampliadas a uma escala universal, deixa aos poucos de gerar os mesmos receios que tanto vicejaram em épocas anteriores. E ressentimentos (...) são até de outra ordem: reclama-se hoje, neste particular, uma ajuda e uma assistência que, em verdade, nem mesmo seriam sequer consideradas épocas mais distantes (COUTO E SILVA, 2003, p. 156).

Quanto ao Brasil, além de ser um articulador regional com vistas à superação das diferenças culturais e políticas da região,

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

> [...] pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao longo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (COUTO E SILVA, 2003, p. 140-1).

Diante dessas expectativas em relação ao papel a ser cumprido pelo Brasil no cenário internacional, Couto e Silva aponta para alguns objetivos que devem ser levados em conta na elaboração de uma política internacional. Em primeiro lugar, "a salvaguarda intransigente de nossa independência política, admitidas, embora, autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacional". Em segundo lugar, "a manutenção do *status quo* territorial na América d Sul, contra quaisquer tendências revisionistas ou a formação de blocos regionais, políticos ou simplesmente econômicos, que possam vir a constituir ameaça à própria paz do continente". Em terceiro lugar, "o robustecimento da solidariedade e cooperação entre os povos da América, para o progresso geral e a defesa continental". E em quarto lugar, "o fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos estados, e a crescente projeção do país no exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional" (COUTO E SILVA, 2003, p. 157).

Couto e Silva, procurando apontar algumas questões metodológicas, afirma que essa definição da estratégia do país deveria levar em conta que, "cada período histórico, se caracteriza sempre pela manifestação de um antagonismo dominante entre duas nações ou coligações de nações", o que seria "verdadeiro no mundo de hoje, dado o maior entrelaçamento de interesses entre os povos" (COUTO E SILVA, 2003, p. 193). O Brasil, portanto, ao definir sua posição geopolítica, deveria levar em conta o antagonismo dominante, assumindo a posição de defesa do "Mundo Ocidental" diante dos perigos de uma suposta dominação comunista. Por outro lado, para traçar a sua estratégia, o país, "por mais fraco que seja, precisa olhar, assim, o mundo ao largo, em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prever-lhes o desfecho" (COUTO E SILVA, 2003, p. 194).

O cenário internacional colocava nuanças muito mais complexas do que o antagonismo binário entre as duas potências, devendo o Brasil, na elaboração de sua estratégia de defesa, discernir os interesses que estavam em jogo nas disputas dentro do

próprio bloco comunista. Essas crises internas poderiam criar a ilusão de que haveria uma terceira força, na qual o Brasil poderia se apoiar. Para Couto e Silva, essa seria uma ilusão a ser evitada, afinal, em seu papel de liderança,

> [...] o Brasil está em condições muito propícias para sentir, perfeitamente, o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida que se debate, desde a própria América, por toda a África imensa, pelo sul e sudeste da Ásia, até a Indonésia irrequieta, entre a miséria, a opressão, o colonialismo imperialista e voraz, e seus ideais legítimos de independência, de bem-estar e de segurança. E poderá, assim, servir de intérprete fiel a anseios que bem é capaz de medir, com a certeza de defender causa justa, em benefício da própria Civilização Ocidental cuja missão capital, no momento, é de oferecer, a todos esses povos desesperançados e frustrados, uma alternativa mais risonha do que a apresentada pelo imperialismo comunista, sob a forma de uma rápida prosperidade material que mascara uma torpe escravidão de corpos e almas (COUTO E SILVA, 2003, p. 234).

Embora sem fazer uma menção direta, esta parece ser uma resposta de Golbery de Couto e Silva à articulação internacional dos países "não alinhados", representada principalmente pela Conferência de Bandung, realizada 1954. O olhar de Couto e Silva para essa articulação do Terceiro Mundo parecia ver uma ameaça ao domínio dos Estados Unidos, na medida em que esses países poderiam aproximar-se dos países comunista, como a China e a Iugoslávia, que participaram da reunião. Nesse cenário, o Brasil cumpriria o papel de mostrar a esses países "não alinhados" os benefícios que o "Mundo Ocidental" poderia trazer para a solução dos problemas históricos enfrentados em regiões como África, América e Ásia. O Brasil, portanto, segundo Couto e Silva, poderia deixar de se apenas o intérprete dos anseios da América Latina, como poderia tornar-se líder do conjunto dos países que ainda lutavam por alcançar seu desenvolvimento econômico.

Considerações finais

Produzida no contexto da Guerra Fria, a teoria geopolítica de Golbery do Couto e Silva pode ser encarada a partir de dois aspectos fundamentais. Primeiro, enquanto expressão ideológica de um setor dos militares brasileiros que procuraram elaborar uma formulação teórica que dessas as bases da relação a ser estabelecida como os Estados Unidos e o restante do "Mundo Ocidental". Essa teoria deveria, por um lado, apresentar os fundamentos para a relação a ser estabelecida. Por outro, manter relativa autonomia do país

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

frente aos demais países, renunciando a ela unicamente em situações que envolvessem uma possível subversão comunista no território brasileiro.

Por outro lado, a teoria de Golbery do Couto e Silva pode ser encarada como uma formulação que aponta para o papel de liderança do Brasil no contexto latino-americano, ou seja, uma justificativa para o argumento de que a liderança regional deve ser obrigatoriamente do Brasil, devido a aspectos históricos, culturais e até mesmo naturais. Portanto, da mesma forma que seria inquestionável a presença do Brasil como parte do "Mundo Ocidental", não haveria dúvidas de que o Brasil seria quase que naturalmente o grande líder regional.

Evidencia-se na produção teórica de Couto e Silva um grande compromisso político com o imperialismo, podendo-se percebê-lo por dois aspectos. Em primeiro lugar, pelo olhar eurocêntrico de sua obra, visualizando as populações autóctones como não civilizadas, o que o leva a entender que somente começou a se construir um país quando os empreendedores europeus colonizaram e implantaram sua cultura nessas terras. Em segundo lugar, o compromisso de Couto e Silva demonstra-se quando aceita a dominação estadunidense, sem vislumbrar qualquer saída dentro dessa lógica. Para Couto e Silva, a única saída é efetivamente negociar o máximo que for possível com os Estados Unidos e seus aliados, sem romper em hipótese alguma a unidade com esses países.

Essa ideologia foi a base dos governos da ditadura, entre 1964 e 1985, mas também encontra sua expressão em governos civis que apostaram em uma retórica que aponta para políticas de interdependência ou de conquistar algum tipo de "barganha leal". Uma das táticas adotadas pelos países latino-americanos sempre passou em grande medida pela constituição de blocos regionais em que assumem um papel de aliado subordinado dos Estados Unidos. Pela retórica desses governos, essas alianças permitiriam negociar em igualdade com os Estados Unidos os termos das exportações e importações de alguns produtos brasileiros. Contudo, as relações de dependência sempre serviram para auxiliar os países imperialistas a fortalecerem seus interesses econômicos. Nesse sentido a retórica de interdependência pode ser encarada como uma forma de criar a ilusão de que alguns setores da economia sediados no Brasil podem ser sócias minoritárias de grandes multinacionais estrangeiras ou mesmo que o Brasil possa assumir um papel de potência regional. Passados mais de seis décadas, nenhuma dessas propostas se viu concretizada,

mostrando que, em realidade, o nesse modelo não se coloca qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico e perspectiva de autonomia para os países subordinados.

Referências

ARRUDA, Antônio de. **ESG**: história de sua doutrina. São Paulo: GRD/INL/MEC. 1980.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional**: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica e poder**. São Paulo: UniverCidade, 2003.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Rio de Janeiro, FGV, 2014.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAESTRI, Mario. **Revolução e contrarrevolução no Brasil (1530-2019)**. 2ª ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, Maringá, nº 6, p. 41-59, 2002.

PUGLIA, Douglas Biagio. **ADESG**: elites locais civis e projeto político. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependência**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.